

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular das escolas publicas estaduais em uma cidade da Zona da Mata Mineira.

Cecília Cordeiro de Andrade- ceciandrade@live.com
Greiziane Paula Souza- greizi.paula@hotmail.com
Letícia da Silva Ferraz- leticiasilvaferraz@hotmail.com
Rilza Rodrigues Toledo- rilzatoledo@yahoo.com.br

Curso de Pedagogia
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
Ubá - MG/Novembro/2013

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa realizada em escolas públicas estaduais em uma cidade de Minas Gerais, cujo objetivo foi identificar as dificuldades dos professores do ensino fundamental em relação à inclusão na rede regular de ensino, previsto na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi realizado em um período de três meses com observação direta extensiva, com aplicação de questionários com questões objetivas em quatro escolas. Participaram da pesquisa quatorze professores. Os resultados indicaram que a maioria das escolas e os professores pesquisados não estão preparados para inclusão, bem como a falta de compreensão sobre as necessidades educacionais encontradas em sala de aula. Observou-se também a necessidade de criar estratégias específicas na formação dos professores como curso de capacitação e formação continuada, para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. Constatou-se que a presença de aluno com necessidades especiais em salas regulares acrescenta na aprendizagem e na socialização. Pôde-se concluir que a implementação da inclusão requer maior preparo das escolas e dos profissionais da educação para esta nova realidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Necessidades educacionais especiais. Formação dos professores.

Abstract

This article results from a survey of state public schools of the town , whose aim was to identify the difficulties of elementary school teachers in relation to the inclusion in the regular school system , under the new Law of Guidelines and Bases of Education national . Was conducted over a period of three months with extensive direct observation , questionnaires with objective questions in four schools . Fourteen teachers participated in the survey . The results indicated that most schools and teachers surveyed are not prepared for inclusion as well as the lack of understanding of the educational needs found in the classroom . There is also the need to create specific strategies in teacher training and ongoing training and continuing education for service to students with special educational needs . It was found that the presence of students with special needs in regular classrooms acrescenta in learning and socialization . It was concluded that the implementation of inclusion requires better preparation of schools and education professionals to this new reality .

Key-words: Inclusive Education. Pupils with special educational needs. Training of teachers.

1. Introdução

A inclusão escolar é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade e isso requer uma mudança significativa de paradigmas no que se refere aos aspectos de inclusão do aluno com necessidades especiais como uma nova proposta da educação brasileira. Conforme se verifica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB), nº 9394/96 (Brasil, 1996), no capítulo III, art.4º inciso III, “é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno que apresente necessidades especiais”. Desta forma, cabe à família à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos, o que se confirma, também, na Declaração de Salamanca em que o direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. De acordo com aquele documento, “Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados” (SALAMANCA;1994, p.3).

Entende-se que os pais têm o direito não só de serem consultados, mas também de opinarem sobre a forma de educação que seja, realmente, a mais adequada às necessidades das crianças. A Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela Conferencia Mundial em Educação Especial, assumindo que “as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de Aprendizagem” (SALAMANCA;1994, p.4). No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem (SALAMANCA;1994,p.3).

O interesse por esse tema surgiu através de estágios realizados em escolas públicas na cidade de Visconde do Rio Branco-MG, onde pôde-se observar o despreparo e a dificuldade dos profissionais para incluir alunos com necessidades educacionais especiais. Diante do exposto, esta pesquisa propõe estudar as concepções e práticas dos professores face à inclusão.

Outro fator que interfere, também, é a falta de recursos e métodos de capacitação de profissionais da área da educação para lidar com alunos com necessidades especiais. O professor, como privilegiado no contato com esses alunos, deve ser o profissional a possuir o conhecimento sobre as necessidades individuais dessas crianças, proporcionando recursos e utilizando instrumentos de ensino adequados para as ações na educação.

Necessita-se de uma pedagogia centrada na criança o que seria benéfico a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo (SALAMANCA;1994, p.4).

Os professores e as escolas encontram grande dificuldade ao receber alunos com necessidades especiais no ensino regular, por não estarem preparados para lidar com essa situação, pois não existem, nas escolas, projetos que visem à capacitação docente de forma continuada ou instrumentos adequados. Na verdade, “deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola” (SALAMANCA;1994, p.4).

A Declaração de Salamanca estabelece condições a inserção de alunos com deficiência na escola comum. O princípio da inclusão consiste no “reconhecimento de necessidades de se caminhar rumo à uma ‘escola para todos’ - um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda as necessidades individuais”. A educação inclusiva deveria ser vista como a forma mais eficaz para se construir a solidariedade entre crianças que apresentam necessidades educacionais especiais e os outros colegas.

A opção por este tema baseia-se no fato de os professores não estarem preparados para lecionar em salas com alunos com necessidades especiais, onde existem alunos com dificuldades especiais e outros alunos, ditos ‘normais’. O objetivo deste estudo é identificar como os professores concebem a presença de alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula de ensino regular, especificamente verificar como/se as escolas e os professores estão se preparando para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais nas rotinas escolares e compreender o modo como desenvolvem o trabalho voltado para atender às necessidades e à diversidade de alunos que habitam hoje os espaços escolares.

2. Referencial Teórico

No mundo inteiro, vislumbra-se um caminho para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Dentro do contexto educacional da contemporaneidade, percebe-se a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares.

Segundo ; Fernandes,

a educação de alunos com necessidades educacionais especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a Educação Inclusiva[...] com a da difusão da Declaração de Salamanca(UNESCO, 1994), propõe que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar (GLAT, 2013, p. 35).

Assim, tais escolas constituem um meio capaz de combater atitudes e comportamento discriminatórios, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo uma educação que atenda a todos. Dessa maneira torna-se relevante a realização de estudos acerca deste tema.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, em seu Capítulo V- Da Educação Especial, art. 58 descreve que para efeitos desta Lei, entende-se por educação especial, “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (Brasil, 1996)”.

Carneiro (1997) afirma que as crianças com necessidades educacionais especiais precisam ser consideradas, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Por isso a escola não tem que consertar o defeito e sim trabalhar as potencialidades que o aluno possui ou seja suas capacidades, ajudando assim cada vez mais no seu desenvolvimento. A ação pedagógica baseada nos princípios da inclusão, segundo a Declaração de Salamanca(1999), define que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou deficiências, portanto, exige novas metodologias capazes de contribuir para que o aluno com deficiência possa pensar.

No processo de inclusão,

Não se trata de negar que alguns apresentem diferenças individuais mais acentuadas. Mas a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiência ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos, à medida que crescemos e nos desenvolvemos(CARVALHO,2000, p. 17)

Os profissionais da educação estão vivenciando o fracasso nesta tentativa de inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola regular, pois, na maioria das vezes os professores não estão preparados para esta função. Como afirma Neri:

A educação inclusiva não é apenas a simples colocação de alunos em sala de aula; significa a criação de uma escola onde pessoas com e sem deficiência possam conviver e estudar em ambientes onde os indivíduos aprendam a lidar com a diversidade e com a diferença (2003, p. 111).

Em relação a esta questão observa-se que :

A inclusão social é um processo que contribui para construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meio de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio educador de necessidades especiais (SASSAKI, 1997, p.42).

Sendo assim, a inclusão deve iniciar com o processo de aceitação e conhecimento sobre o assunto para a implementação de recursos e trabalhos pedagógicos.

A escola inclusiva deve valorizar o trabalho cooperativo entre os professores e os funcionários da escola, o ensino em equipe e as equipes de ajuda aos professores e alunos, com o objetivo de um apoio mútuo para aprimoramento e prática educativa. Correia (2003) afirma que:

O conceito de inclusão não deve ser tido como um conceito inflexível, mas deve permitir que um conjunto de opções seja considerado sempre que a situação assim o exija, importante perceber, no entanto, que ele nasce com um fim, o de inserir as crianças com NEE severas nas escolas regulares das \suas residências (CORREIA,2003, p.16).

Perrenoud (2000) afirma que a educação inclusiva deve envolver a escola e levá-la a novas políticas organizacionais e pedagógicas no sentido de uma maior abertura à comunidade obrigando à mudança de toda a comunidade envolvente e toda a sociedade. Por isso, as escolas devem adaptar-se às necessidades que os alunos possam apresentar.

Lima (2006) a inclusão não é algo de que se fala, mas algo que se vive. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. Segundo o pensamento de Vygotsky apud Rabelo “uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente” (1999, p.20). Sendo assim, a criança com deficiência não é incapaz ela só precisa de uma educação especial direcionada, para o seu desenvolvimento.

3. Metodologia

A pesquisa é de natureza aplicada com abordagem qualitativa do problema e quanto ao objetivo é descritiva. É uma pesquisa com levantamento de dados que envolve a interrogação a professores. A população da pesquisa é constituída de 33 professores de quatro escolas da rede estadual de ensino em uma cidade da Zona da Mata Mineira, sendo professores efetivos do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental dessas escolas, neste ano de 2013.

Uma vez que foram constatados nas salas, alunos que apresentavam alguma necessidade educacional especial, foi explicado ao professor, que para o desenvolvimento da pesquisa, seria necessário aplicar um instrumento (questionário) para coleta de dados que posteriormente seriam compilados e analisados. No ato da entrega do instrumento, fez-se uma

abordagem explicativa sobre o significado do termo, conforme foi citado na introdução deste trabalho; e aqueles que aceitaram responder, compuseram a amostra de 14 professores (100%).

A composição do instrumento da coleta de dados foi por meio de observação direta extensiva. Foram aplicados questionários contendo 16 questões objetivas para os 14 professores atuantes, em quatro escolas estaduais da rede pública de ensino do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental .

Os questionários foram entregues dia 23 de outubro de 2013, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido diretamente aos professores no turno vespertino nas 4 escolas e no dia 25 de outubro de 2013 recolhemos tendo eles dois dias para responderem conforme o Termo de Consentimento prescrevia.

Os dados foram coletados, compilados e analisados percentualmente seguindo os parâmetros de acordo com as perguntas e respostas, A análise foi feita com base em pensamentos dos autores Sasaki, Alves, Antunes, Carneiro, Lima, Nielsen, Néri e outros .

Este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos propostos pela Comissão Nacional de Saúde (Resolução CNS n°196/96).

4-Resultados e Discussão

4.1-Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizadda na cidade de Visconde do Rio Branco que está situada na Zona da Mata, Região Sudeste do Estado de Minas Gerais, fica a uma altitude de 340 metros e dista da Capital do Estado, Belo Horizonte, 320 quilômetros de estrada asfaltada. Atualmente, o município busca uma nova vocação, através de pequenas e médias indústrias que aqui vem se instalando. Além de fábricas de móveis e um grande número de confecções, trasendo o desenvolvimento industrial para a cidade. A cidade tem aproximadamente 40.356 habitantes (Dados IBGE), possui 24 escolas que oferecem ensino fundamental, sendo 4 privadas, 7 estaduais e 12 municipais; 5 escolas oferecendo ensino médio, sendo 3 privadas, 1 municipal e 1 estadual; 17 pré escolares, sendo 6 privadas e 11 municipais; e 2 escolas de educação especial. O trabalho foi desenvolvido em quatro escolas da rede pública estadual do 1º ano ao 3º ano do ensino fundamental.

A opção por escolas estaduais se deu através de informações com uma psicopedagoga da cidade que atende maior número de crianças com necessidades educacionais especiais que estudam em escolas regulares estaduais.

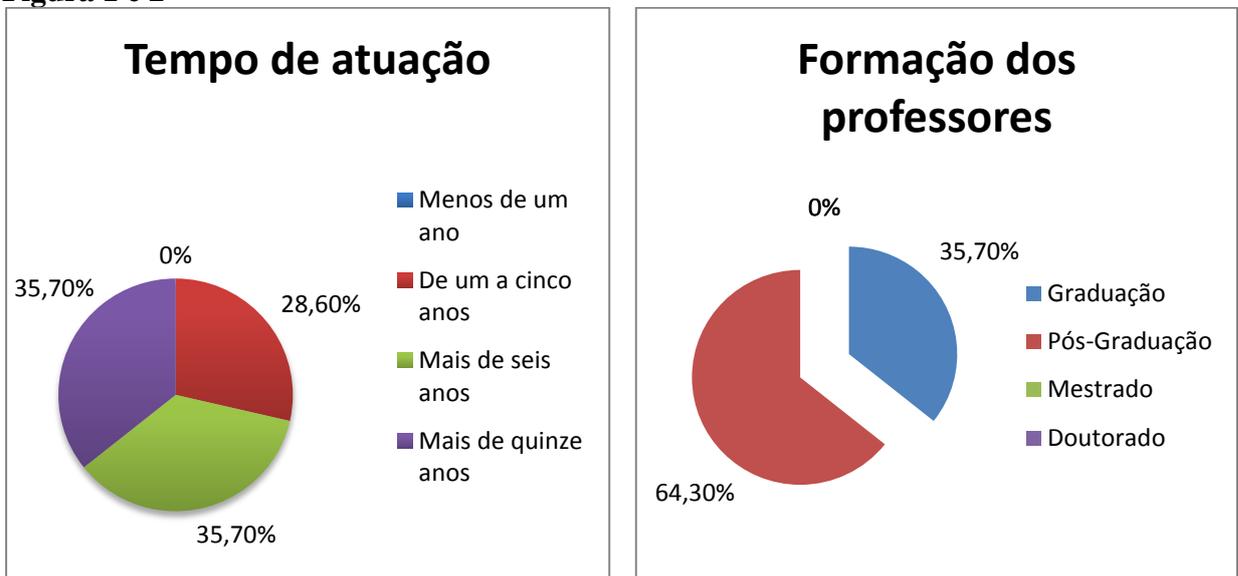
Uma das escolas se localiza no centro da cidade e as outras três em bairros um pouco mais afastados, mas nenhuma de difícil acesso. As quatro escolas citadas na pesquisa possuem, aproximadamente 200 alunos por turno, matutino e vespertino, sendo oferecidos ensino fundamental do 1º ao 5º ano.

4.2 Apresentação dos resultados: 100% de participantes corresponde a 14 professores

4.2.1 Em relação aos professores e sua preparação

A diversidade encontrada hoje em sala de aula requer um conhecimento básico de formação e informação, para entendermos melhor o modo como os professores se preparam ou prepararam para atuar em turmas inclusivas, perguntamos sobre o tempo que atuam na área da educação e a formação dos mesmos para atuarem como regente de turmas.

Figura 1 e 2



Fonte: Pesquisa, 2013.

A maioria dos quatorze professores pesquisados, tem mais tempo de formação e especialização em áreas específicas 64,30% (9), sendo assim, pelo tempo de atuação na área eles já possuem conhecimento suficiente para saber que a inclusão é um fato que precisa ser compreendido. Segundo Antunes (2008) é essencial que os professores acreditem na educação

inclusiva não apenas como um simples método de trabalho que dominando passam a aplicar ao seu cotidiano, mas como uma nova maneira de pensar e encarar sua função educativa.

A seguir, o questionamento é sobre se os professores se consideram preparados para receber alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares, sob regência dos mesmos.

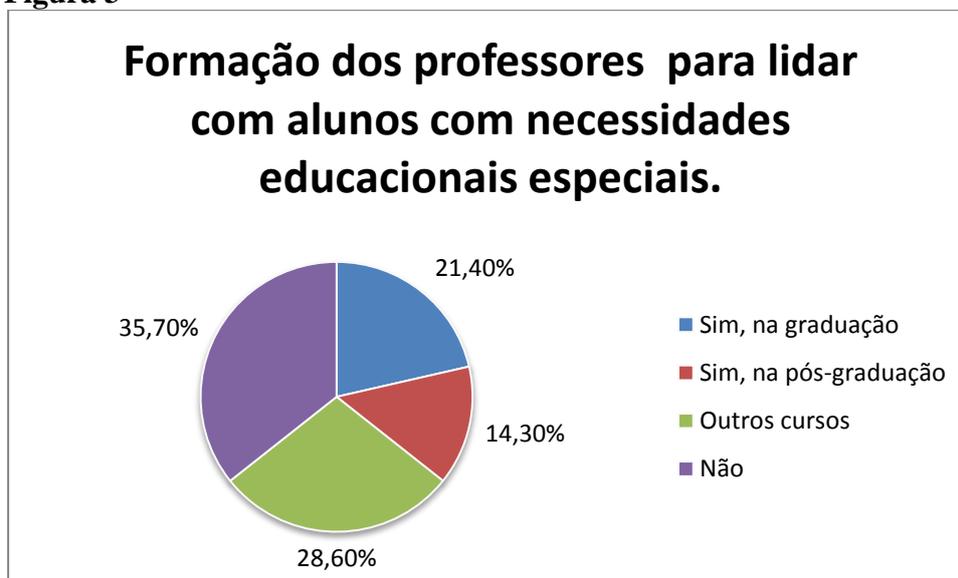
Tabela 1 – Em relação a preparação dos professores para lecionar em turmas inclusivas

Alternativas	Número absoluto	%
Sim	3	21,40%
Não	11	78,60%

Fonte: Pesquisa, 2013.

Através da análise da tabela, pode-se perceber que a maioria dos professores não se sentem preparados para lecionar em turmas regulares que possuem alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo Lima (2002) a formação dos professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Foi perguntado aos professores se eles tiveram uma formação específica sobre o tema.

Figura 3



Fonte: Pesquisa, 2013.

Percebe-se que 5 dos professores pesquisados (35,70%) não tiveram nenhum tipo de preparação para lecionar em salas inclusivas e 64,30% (9) professores responderam ter

alguma capacitação na graduação, pós graduação ou em outros cursos entretanto eles ainda não se consideram preparados para incluir alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com Lima, 2002, p.122:

Apesar dos avanços dos ideários e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão. Para tanto, é importante que eles compreendam o contexto sócio-histórico da exclusão e o da proposta de inclusão. Além disto, que possuam o domínio básico de conhecimentos que os auxiliem a se aproximarem das pessoas com deficiência, no sentido de integrarem com elas, obtendo assim subsídios para atuarem pedagogicamente.

Tabela 2 – Recursos implantados nas escolas para atender educação inclusiva.

Alternativas	Número absoluto	%
Somente rampa/banheiro	1	7,10%
Recursos didáticos	0	0%
Somente currículo planejado	2	14,30%
Rampa/banheiro e currículo planejado	3	21,45
Nenhum recurso foi implantado	8	57,15%

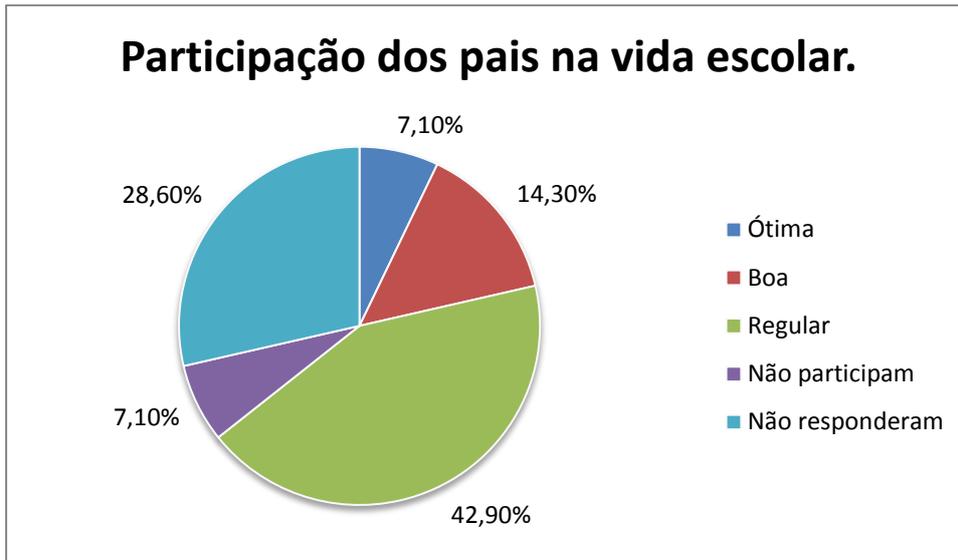
Fonte: Pesquisa, 2013.

De acordo com a tabela, 8 professores (57,15%) responderam que não foi implantado nenhum recurso de adaptação à inclusão nas escolas pesquisadas

Para Stainback (1999) as pessoas com deficiência necessitam de instruções, instrumentos, de técnicas e equipamentos especializados. Todo este apoio para alunos e professores devem ser integrado e associado a uma reestruturação das escolas e das classes.

4.2.2 – Participação da família na vida escolar dos alunos

Figura 4



Fonte: Pesquisa, 2013.

A maior parte dos professores 42,90% (6) responderam que é regular a participação dos pais na vida escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais e a segunda maior parte 28,60% (4) não responderam.

Nielsen ,1999 p. 25: afirma que:

Para que as crianças tenham uma experiência educativa compensadora, os pais têm de ser também envolvidos no processo de inclusão. O professor, antes da colocação da criança na classe regular, deve convocar reuniões com os pais e deve, igualmente, convidá-los a visitar a classe em questão. É de primordial importância abrir portas de comunicação com os pais.

Os pais como responsáveis pelos filhos devem estar informados sobre tudo que acontece em sala de aula, e devem entender e aceitar a inclusão, participando efetivamente da vida escolar de seus filhos.

Assim, como o professor deve estar informado sobre a necessidade que seu aluno apresenta para desenvolver seu trabalho significativamente justificando assim a pergunta sobre se o professor tem conhecimento do diagnóstico do aluno, das medidas que podem ser tomadas para melhorar o desempenho desses e se o professores sabem se esses alunos tem algum outro acomodoamento.

Tabela 3 – Conhecimento sobre o diagnóstico dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Alternativas	Número absoluto	%
Sim	4	28,6%

Não	5	35,70%
Não responderam	5	35,70%

Fonte: Pesquisa, 2013.

Tabela 4 - Informação sobre se o aluno possui algum outro tipo de acompanhamento.

Alternativas	Número absoluto	%
Sim	2	14,30%
Não	7	50%
Não responderam	5	35,70%

Fonte: Pesquisa, 2013.

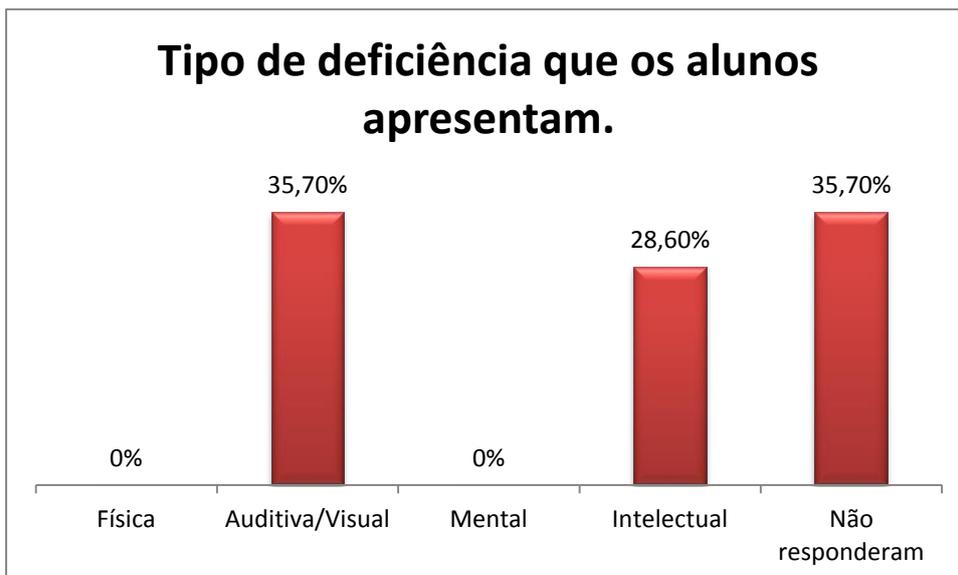
Observa-se nas tabelas que 35,70% (5) professores não responderam. Muitos professores 35,70% (5) não têm conhecimento sobre o diagnóstico de seus alunos e 50% (7) não têm informações se ele possui algum outro tipo de acompanhamento. Como pode-se observar nas tabelas a maioria dos professores não possui informações suficientes p

Segundo Antunes, 2008, p.75:

Dificuldades com alunos com déficit de atenção e hiperatividade, dislexia ou presença de alunos com altas habilidades em salas de aula representam apenas a ponta de um *iceberg*. Esses são apenas alguns problemas que os professores e a sociedade tende tratar entre tantos outros que inúmeras vezes passam diante de nossos olhos e nem ao menos o percebemos.

Falta então, um sistema educacional inclusivo que passe a refletir em sua dimensão histórica uma prática que possibilite mudanças conceituais e pedagógicas coerentes com o propósito de tornar eficaz o direito de todos à educação.

Figura 5



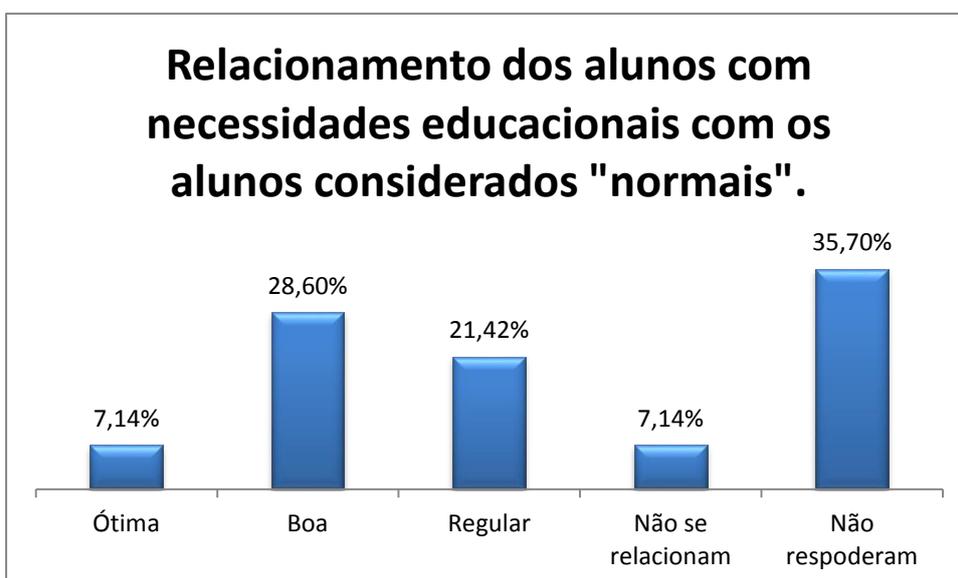
Fonte: Pesquisa, 2013

Ao observar a figura pode-se ver que 35,70% (5) responderam ter alunos com deficiência audível ou visual e 35,70% (5) não responderam, e como justificativa alegaram não ter nenhum aluno com laudo médico. E 28,60% (4) dos professores responderam ter alunos com necessidade intelectual.

Segundo Jonsson (1994) para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessária que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade.

4.2.3 – Relação dos alunos com necessidades educacionais especiais em relação aos alunos considerados “normais”

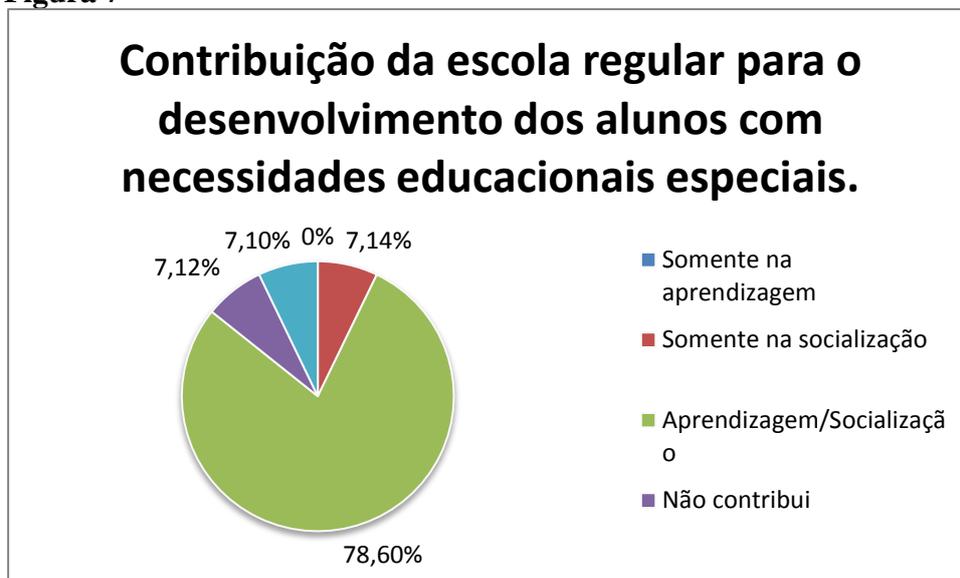
Figura 6



Fonte: Pesquisa, 2013.

Os professores 28,60% (4) consideram bom o relacionamento dos alunos com necessidades educacionais especiais com os demais alunos e a maioria deles 35,70% (5) não responderam. A educação é sempre uma “aventura coletiva de partilha: de afetos e sensibilidades, de conhecimento e de saber, de expectativas e experiências, de atitudes e de valores, de sentidos de vida” (ALVES, 2001).

Figura 7



Fonte: Pesquisa, 2013

A maioria dos professores 78,60% (11) responderam que a escola regular contribui para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais através da aprendizagem/socialização. Quanto mais tempo os alunos com deficiências passam em ambientes inclusivos, melhor é seu desempenho nos âmbitos educacional, social e ocupacional (Ferguson & Asch,1989; Wehman,1990).

Tabela 5 – Sobre em que situação os alunos com necessidades educacionais especiais são incluídos.

Alternativas	Número absoluto	%
Em toda rotina escolas	10	71,40%
Momento de recreação	0	0%
Rotina específicas	0	0%
Não tem rotina	0	0%
Não responderam	4	28,60%

Fonte: Pesquisa, 2013.

A maioria dos professores 71,40% (10) responderam que os alunos são incluídos em toda rotina escolar. Significa dizer que os professores estão preocupados em incluir alunos com necessidades educacionais especiais.

“Bons professores são capazes de definir, projetar, avaliar soluções para os desafios das escolas inclusivas e salas de aulas inclusivas, bem como refletir sobre tais situações. (Guimarães, 2002, p.46). Essas atitudes irão desencadear melhor desenvolvimento cognitivo dos alunos.

4.2.4 – Sobre a afirmativa “ Antes caberia ao aluno adaptar a escola, agora cabe a escola adaptar ao aluno”

Nesta questão, 71,40% (10) responderam que concordam com a afirmativa, 7,10% (1) respondeu que não concorda com a afirmativa e 21,40% (3) não responderam à pergunta. A necessidade de que se legitimem a educação inclusiva, de que seja efetivada a transformação da escola é um espaço democrático e competente para trabalhar com todos educando, sem distinção de raça, classe, gênero ou condição pessoal (Guimarães, 2002, p.48).

Explicação de alguns professores que concordaram a afirmativa:

“Antes o aluno que não se adequasse à escola estava fora dela, agora ele tem o direito de frequentar a escola regular e a escola é que tem que se adequar e garantir o desenvolvimento social e a aprendizagem do aluno com necessidade especiais”. Professor. 1

“Ele tem direito ao convívio escolar e é humanamente correto a escola ou qualquer outro ambiente adaptar ao aluno”. Professor.2

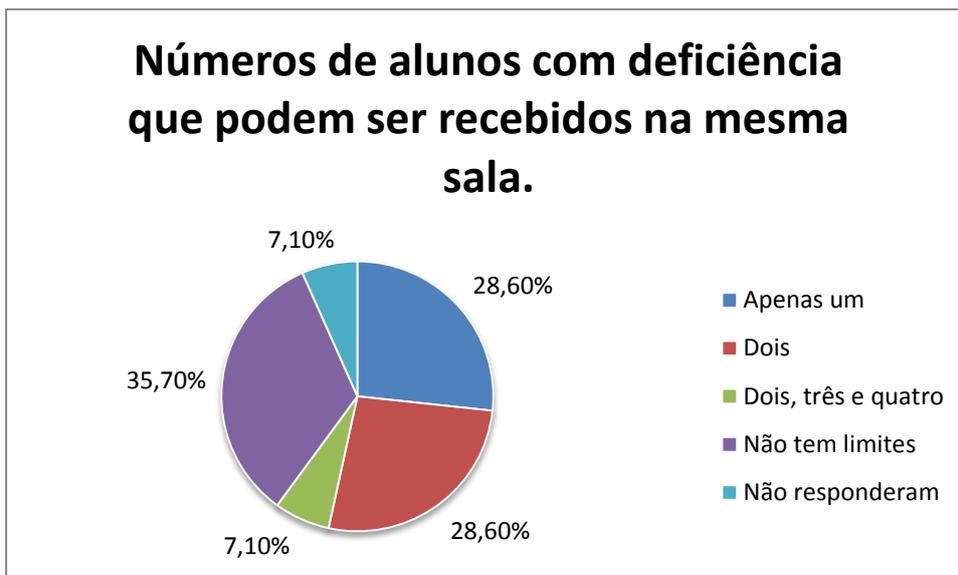
“ A inclusão se deve a partir do acolhimento”. Professor.3

“ Alunos com deficiências múltiplas estão cada vez mais inseridos nas salas de aula regulares. Legalmente o mesmo deve ser assistido de forma competente e digna. Como com a busca contínua pela melhoria física curricular e didática da escola e seus envolvidos”. Professor.4

4.2.5 Números de alunos em salas regulares

Perguntamos se as turmas que possuíam alunos com necessidades educacionais especiais deveriam ser menores, 100% (14) responderam que sim.

Figura 8

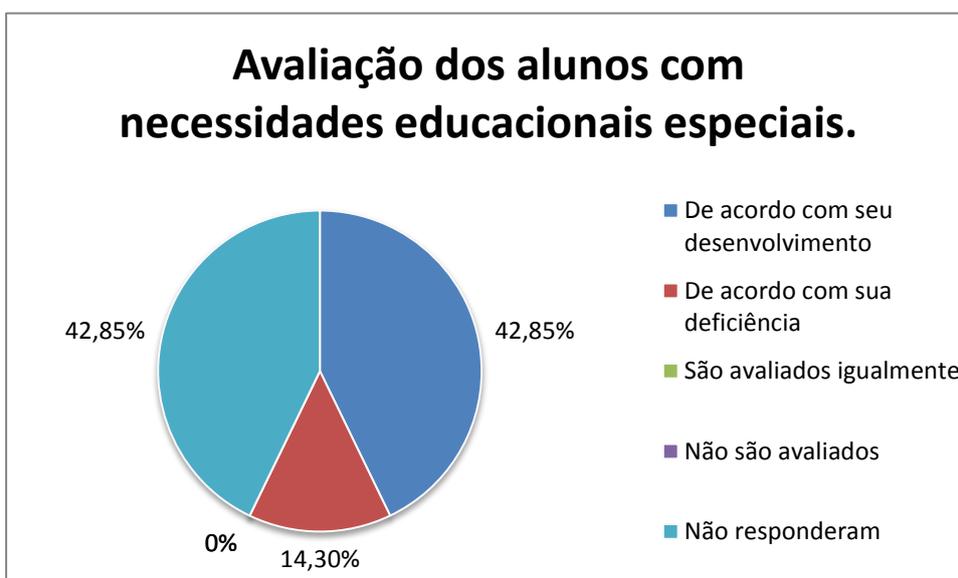


Fonte: Pesquisa, 2013.

De acordo com a figura a maioria dos professores responderam que 35,70% (5) não tem limites para receber alunos com necessidade educacional especial na sala.

Declaração de Salamanca (p.5) afirma que: “Escolas inclusivas devem responder às diversidades diversas de seus alunos acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma adequação de qualidade para todos através de um currículo apropriado” (...)

Figura 9



Fonte: Pesquisa, 2013.

De acordo com a figura, alguns professores 42,85% (6) não responderam a pergunta, empatando com os professores que disseram avaliar seus alunos de acordo com o seu desenvolvimento.

Para Guimarães, 2002, p.50:

As avaliações devem ser pensadas de forma que todos, sem exceção, possam realizá-las levando-se em consideração todas as variáveis: as que incidem na aprendizagem, as de cunho individual, as que incidem no ensino, as que inspiram diretrizes gerais de educação, bem como as relações que se estabelecem em todas elas.

O professor deve pensar na avaliação de forma a incluir todos os alunos, mas deve levar em conta a capacidade e o desenvolvimento de cada aluno.

5- Considerações Finais

Os professores das escolas estaduais pesquisadas não estão preparados para incluir alunos com necessidades educacionais especiais. Esse despreparo está relacionado ao fato de a maioria dos professores não terem conhecimento e formação específica na área para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula. Os professores podem e devem perceber a necessidade educacional dos alunos no contexto da sala de aula, no dia a dia, na hora da recreação, atividades, em qualquer momento, não se limitando apenas na apresentação do laudo médico. Observou-se os pais não estão participando efetivamente na vida escolar dos filhos. E essa falta de participação acarreta também na falta de informação dos professores em relação ao contexto de vida do aluno dificultando o processo de desenvolvimento do aluno.

De acordo com os professores entrevistados, foi percebido que a escola apenas integra os alunos, mas ainda não possui mudanças necessárias para incluir esses alunos. A inclusão vem sendo um tema bastante discutido e buscado pela sociedade, mas ainda há muito o que progredir, para que essa inclusão não fique apenas na teoria, nas leis, mas sim na prática e na vivência dos alunos e na comunidade escolar.

REFERENCIAS

ALVES, Rubem. A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. Campinas: Papirus, 2001, pág.135).

ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia** – SP: ciranda cultural. 2008.-(um olhar para a educação).

BRASÍL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a integração de alunos portadores de deficiência no ensino regular**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: mediação, 2000. 17 p.

CORREIA, L. M.. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora.2003.16p.

FERGUNSON apud STAINBACK, Susan. **Inclusão: Guia para educadores**-Porto Alegre: Atmed, 1999

GLAT, R., FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G.& SENNA, L. A. G. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

GUIMARÃES, Tânia Mafra. **Educação Inclusiva: Construindo significados novos para a diversidade**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais,2002.

JONSSON apud SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: wva, 1997.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2006. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/222>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

NIELSEN, L. B. (1999). *Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula*. Um Guia para Professores. Porto: Porto Editora. Disponível em: <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2597/1/V%C3%A2niaReis.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

NERI, Marcelo et. alii. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE; CPS, 2003. 111p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**: sobre Princípios, políticas e práticas, na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/Seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 17 de out 2013

PERRENOUD, PH. (2000). **As Práticas Pedagógicas Mudam e de que Maneira?**. In

revista Impressão Pedagógica, nº23.

RABELO, Annete Scotti. **Adaptação Curricular na Inclusão**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999.

REVISTA INTEGRAÇÃO. **Secretaria de Educação Especial do MEC**, 1997. pag. 33

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA,1991, 1997. 42p.

STAINBACK, Susan. **Inclusão: Guia para educadores** – Porto Alegre: Artmed, 1999.